

REVOLUÇÃO PASSIVA NO BRASIL: UMA IDEIA FORA DO LUGAR?¹

Camila Massaro de Góes²

Bernardo Ricupero³

Resumo: Esse artigo busca refletir sobre a tradução da categoria gramsciana de revolução passiva para a análise da modernização do Estado brasileiro, nos termos da polêmica das ideias e seu lugar, suscitada por Roberto Schwarz em inícios da década de 1970. Com esse objetivo, em primeiro lugar, buscamos apreender a noção de revolução passiva nos “Cadernos do Cárcere”, atentando ao modo como foi apropriada e aplicada à explicação da história italiana desde o *Risorgimento* por Antonio Gramsci. Em seguida, passamos para as obras de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna, individualizando suas análises que se valeram da categoria do marxista italiano para buscar explicações do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Com isso, buscamos, em primeiro lugar, a partir da história italiana, um maior esclarecimento da ideia de Revolução Passiva e, em segundo lugar, destacar a especificidade do termo quando aplicado ao caso brasileiro, bem como o aspecto original destas análises em seu contexto intelectual.

Palavras-chave: Revolução passiva; Gramsci; Capitalismo brasileiro; C. N. Coutinho; L. W. Vianna.

Abstract: This article has as its mains to reflect on the translation of the gramscian category of passive revolution to the analysis of Brazilian state’s modernization, in terms of the polemic on ideas and its place, originated by Roberto Schwarz in the 1970’s, to understand the exportation of liberal ideas to Brazil. In first place, we search in the *Prison Notebooks* to understand how the notion of passive revolution was taken by the Italian Marxist Antonio Gramsci to understand the Italian history. With that, we pass to the works of Carlos Nelson Coutinho and Luiz Werneck Vianna, scholars that have taken the gramscian idea of passive revolution to search explanations of the development of Brazilian capitalism. Thereby, we seek

to, in first place, from Italian history, clarify the idea of “passive revolution” and, in second place, to highlight the specificity of this term when apply to the Brazilian case, as well as the original aspect of these Brazilian scholar’s analyzes in their intellectual context.

Keywords: Passive revolution; Gramsci; Brazilian capitalism; C. N. Coutinho; L. W. Vianna.

Se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude
(LAMPEDUSA, 1974, p. 42)

1 INTRODUÇÃO

A afirmação de Roberto Schwarz de que as “ideias estão fora do lugar” deu nome ao texto que inauguraria um amplo debate no âmbito do pensamento social e político brasileiro. Publicado primeiramente nos “Estudos Cebrap”, em inícios da década de 1970, esse texto comporia cerca de duas décadas depois o livro “Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro”. Em sua reflexão, Schwarz buscava analisar as transformações das referências ideológicas vindas das antigas metrópoles, no caso o liberalismo, apropriado para o contexto brasileiro de ex-colônia, no qual o trabalho escravo continuava dominante. Para Schwarz, “ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio” (SCHWARZ, 1992, p. 24). O mais claro exemplo dessa “inadequação” entre ideia europeia e realidade brasileira era, para Schwarz, a importação do liberalismo no século XIX, revelando-se objetivamente uma “ideia fora do lugar”.

Ao longo dos anos, esta formulação passou a orientar um amplo debate, não só acerca do liberalismo, no qual se buscaram respostas à questão que nasce junto ao argumento do crítico literário – as ideias no Brasil estão fora do lugar? Inspirada nesta indagação, este artigo busca no entendimento da formação capitalista brasileira as potencialidades explicativas da concepção gramsciana de revolução passiva, entendida aqui como uma ideia que, tendo seu nascimento na Itália do começo do século

XX, passou a ser utilizada em determinado momento para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Como afirma Bernardo Ricupero (2011, p. 31), “não é evidente que um país como o Brasil seja capaz de criar um pensamento político e social que dê conta de suas condições particulares”. Ligada a esse problema, aparece ainda outra questão: como ideias elaboradas originalmente no centro capitalista comportam-se num outro contexto social e político, dependente e periférico?

É notável, nesse sentido, o caso do marxismo. Muito embora as ideias de Karl Marx tenham alcançado nosso contexto e, indubitavelmente, tenham se feito presentes em nosso léxico teórico e político, o desenvolvimento de um pensamento marxista adaptado às nossas circunstâncias históricas sempre se fez necessário, de modo a superar as dificuldades demonstradas por Marx e Engels. Dificuldades estas que permearam suas análises de todo o mundo não europeu. O desafio de traduzir ideias para a realidade latino-americana caracterizou grande parte das correntes teórico-políticas que, nascidas em solo europeu, foram transportadas aos trópicos na condição de “estrangeiras”.

No caso da filosofia e da crítica literária brasileiras, o desafio esteve sempre presente, nas diversas tentativas de realizar uma interpretação do Brasil. A questão de fundo, como indica a leitura de Raymundo Faoro em “Existe um pensamento político brasileiro?” (2002) é a existência ou não de um quadro cultural autônomo. A formação de um aporte teórico cultural independente foi, nesse sentido, um tema recorrente no Brasil enquanto país colonial. Parte fundamental deste esforço é que as ideias europeias tiveram aqui sempre um lugar de destaque, relacionadas correntemente a uma concepção clássica ou original que deveria direcionar a ação política (cf. FAORO, 2002).

Nesse sentido, expressivas são as primeiras linhas de Sérgio Buarque de Holanda em seu livro clássico “Raízes do Brasil” (2009), no qual o autor afirma que “a tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências.” (HOLANDA 2009, p. 31). Vale destacar, ainda, um trecho de Carlos Nelson Coutinho em “Cultura e Sociedade no Brasil” (1990), no qual afirma que, enquanto formação social específica e autônoma,

nossa pré-história como nação – os pressupostos de que somos resultado – não residem na vida das tribos indígenas que habitavam o território brasileiro antes da chegada de Cabral: situam-se no contraditório processo de acumulação primitiva do capital, que tinha o seu centro dinâmico na Europa ocidental (COUTINHO, 1990, p. 35).

No Brasil, as ideias ‘de primeiro grau’ assumiram características específicas – nessa ótica, é compreensível o porquê, no caso do liberalismo analisado por Schwarz, os temas do favor e do escravismo possuíram centralidade em seu argumento. Para Coutinho, somente a partir do século XX as ideias importadas vão, cada vez mais, acomodando em seu lugar, tornando-se mais aderentes às realidades e aos interesses de classe que tentam expressar. Isso ocorre na medida em que a vida cultural brasileira aproxima-se, cada vez mais, das contradições ideológicas próprias da cultura universal do período (ibid., p. 41).

Levando em consideração o que Coutinho chamou de dialética da adequação e inadequação, e assumindo como ponto de partida desta reflexão, é importante sempre repensar as interpretações do Brasil, pois, como afirmam Botelho e Lahuerta (2005, p. 11-12), este empenho é válido mesmo quando o desafio é “investigar as interpretações clássicas ou mais rotinizadoras do pensamento social e político para demonstrar sua inteligibilidade histórica, cognitiva ou normativa”. Deste modo, buscamos retomar a interpretação da formação brasileira a partir da categoria de revolução passiva, antes desenvolvida por Antonio Gramsci em seus “Cadernos do Cárcere”.

A maior parte dos autores que se valera da noção gramsciana para realizar suas interpretações defende a coerência de sua utilização para o contexto brasileiro. Para Luiz Wernerck Vianna (2004), o Brasil, mais do que qualquer outro país da América Ibérica, é por excelência o lugar da revolução passiva, na medida em que chegou à modernização em compromisso com o seu passado – nessa visão, embora o país desconhecesse a experiência da revolução, não tratar-se-ia de uma “ideia fora do lugar”. Além de Vianna, vale destacar a interpretação de Carlos Nelson Coutinho sobre cujas argumentações pretendemos investigar: a revolução passiva aplicada ao contexto brasileiro configura uma ideia fora do lugar?

Aprender como a noção de revolução passiva foi utilizada na análise da modernização capitalista em nosso país significará, antes, recuperá-la nas notas de Gramsci em seus “Cadernos do Cárcere”. Com isso, temos como primeira intenção estudar as implicações da revolução passiva na formação de um Estado moderno, compreendendo o complexo quadro que se forma nessa estruturação tardia do capitalismo na Itália, no período do *Risorgimento*⁴. Em segundo lugar, busca-se estudar a tradução que foi feita deste conceito para a interpretação do Brasil, destacando as peculiaridades aqui assumidas.

2 NOTAS DE UM ESTUDO SOBRE O CONCEITO DE REVOLUÇÃO PASSIVA NOS “CADERNOS DO CÁRCERE”.

Ao refletir sobre o conceito de revolução passiva ao longo dos “Cadernos do Cárcere”, Antonio Gramsci se apoia tanto na história italiana, no caso do *Risorgimento*, quanto na história europeia, nos casos da Revolução Francesa e da Revolução Russa. A partir destes materiais históricos, Gramsci reformulará o conceito e o analisará em suas diversas dimensões: “histórica, filosófica e política” (BIANCHI, 2007, p. 11). Com isso, a principal motivação do marxista italiano é refletir sobre as reais possibilidades de uma revolução de caráter socialista. Deste modo, “ao discutir o passado tem em vista o presente” (ibid., p. 11).

É possível afirmar, contudo, que é em sua reflexão acerca do *Risorgimento* que Gramsci, majoritariamente, desenvolve a sua apropriação do conceito de revolução passiva – nesse sentido, selecionamos o “Caderno 19”, dedicado a este tema, como o principal objeto de estudo desta seção.

O *Risorgimento* marca um importante período da história italiana, de 1815 a 1870, no qual se buscou a unificação do país que antes consistia em uma coleção de pequenos Estados submetidos às potências estrangeiras. Na luta sobre a futura estrutura da Itália, a monarquia, na pessoa do rei do Piemonte-Sardenha, Vítor Emanuel II, da *Casa di Savoia*, apoiado pelos conservadores liberais, teve sucesso quando durante o período de 1859 a 1861 se formou a Nação-Estado, sobrepondo-se aos partidários de esquerda, republicanos e democráticos, que militavam sob Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi.

A teoria da revolução passiva (BRAGA, 1996, p. 168), construída sobre este material histórico, consiste numa denúncia e advertência histórica dos processos contrarrevolucionários que culminaram com o advento do Estado moderno na Itália. A primeira vez em que o conceito aparece nos “Cadernos” é em um texto redigido provavelmente em novembro de 1930 (cf. FRANCONI, 1984):

Vincenzo Cuoco e a revolução passiva. Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva aquela ocorrida na Itália como resposta às guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva não parece exato apenas para a Itália, mas também para outros países que modernizaram o Estado por meio de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino. Ver em Cuoco como ele desenvolve o conceito para Itália (Q 4, §57, p. 504)⁵.

A fórmula de Cuoco destinava-se a analisar os acontecimentos revolucionários de 1799, com cuja exatidão Gramsci concorda. Atendo-se firmemente a este juízo e a este primeiro nível de definição dos fenômenos que identifica, Gramsci desenvolve a sua reflexão numa multiplicidade de direções que têm nesta definição o seu centro unificador (DE FELICE, 1978, p. 193). As referências ao liberal elitista, entretanto, são escassas ao longo dos “Cadernos”. Segundo afirma Gerratana (1975, p. 2654), a julgar pelo teor da afirmação que finaliza esse parágrafo, “ver em Cuoco como ele desenvolve o conceito para Itália”, é provável que o ponto de partida de Gramsci não tenha sido a leitura direta do “Saggi storico sulla Rivoluzione di Napoli de Cuoco”, mas sim a leitura do prefácio de Benedetto Croce ao volume, “La rivoluzione napoletana del 1799”.

Em seus “Cadernos”, o marxista italiano recorre inicialmente ao conceito de Cuoco a fim de apreender a complexidade do movimento histórico pelo qual se debruçava e, com isso, atinge um alto grau de generalização – tratando-se, portanto, de uma utilização com “claro viés metodológico” (BIANCHI, 2008, p. 257). A irredutibilidade da categoria gramsciana a um cânone empírico, por sua vez, é garantida através da referência ao Prefácio Marxista de 1859:

O conceito de revolução passiva deve ser deduzido rigorosamente de dois princípios fundamentais da ciência

política: 1) que nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram encontram um lugar para uma ulterior formação progressiva; 2) que a sociedade não se põe tarefas para cuja solução não tenham sido criadas já as condições necessárias, etc. [...] O ponto de partida do estudo será a argumentação de Vincenzo Cuoco, mas é evidente que a expressão de Cuoco a propósito da Revolução Napolitana de 1799 não é mais que um ponto de partida, pois o conceito é completamente modificado e enriquecido (Q15, §17, p. 1774-1775).

Em Gramsci, portanto, a revolução passiva tende a identificar as formas do processo revolucionário, “isto é, os modos em que se desenvolve a contradição fundamental e com ela a modificação a que é submetida toda a formação econômico-social” (DE FELICE, 1978, p. 196). Ainda no “Caderno 15”, Gramsci deixa claro o nexo entre revolução passiva e o Prefácio de 1859:

Risorgimento Italiano. Sobre a revolução passiva. Protagonistas ‘os fatos’ ‘por assim dizer’ e não os ‘homens individuais’. Como sob um determinado invólucro político necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, influenciando indiretamente, através da pressão lenta mas incoercível, sobre as forças oficiais que se modificam sem perceberem ou quase (Q15, §56, p. 1818-1819).

Assumindo que as ‘condições necessárias e suficientes’ já se encontravam pelo menos potencialmente definidas, Gramsci afirmava a centralidade da política –

Que tais condições se façam presentes, ou seja, que a relação contraditória entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção tenha chegado a um ponto de saturação, não é garantia de que uma revolução ativa ou passiva tenha lugar. Para que tal revolução ocorra, é necessário o concurso de determinações eficazes que se manifestem no âmbito das superestruturas e dos conflitos

sociais. O ‘protagonismo’ da história não pode ser, portanto, do lado inerte (BIANCHI, 2008, p. 273).

O conceito de revolução passiva, deste modo, sintetiza a análise histórica e política conforme a tradição do marxismo revolucionário, fundamentando o terreno prático-político para uma ‘teoria gramsciana da transição’, isto é, um esforço para explicar tanto a transição anti-jacobina da burguesia ao poder de Estado, quanto sua crise generalizada; vale dizer, base estrutural sobre a qual erguer um novo bloco histórico sob hegemonia das classes subalternas (BRAGA, 1996, p. 169).

2.1 PANORAMA HISTÓRICO: INFLUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO FRANCESA

No que concerne às origens do *Risorgimento*, a Revolução Francesa assume um lugar de destaque na argumentação de Gramsci, e, portanto, merece ser analisada com atenção. Segundo o marxista sardo, houve uma ‘doutrina’ francesa, segundo a qual se afirmava que a nação italiana deve sua fortuna à França. As questões tendenciais e tendenciosas postas a este propósito são: 1) a tese democrático francófila segundo a qual o movimento se deve à Revolução Francesa e é dela uma derivação direta, o que determinou a tese oposta; e 2) a Revolução Francesa, com sua intervenção na península, interrompeu o movimento verdadeiramente nacional. Há ainda a ideia de que o movimento reformador fora interrompido com o pânico suscitado pelos acontecimentos na França, e, portanto, a intervenção dos Exércitos franceses na Itália não interrompe o movimento nativo, mas, antes, torna possível sua retomada e efetivação (Q19, §3, p. 1964).

Em busca de melhor solucionar essa questão acerca da influência francesa no *Risorgimento*, Gramsci recorre ao artigo de Gioacchino Volpe, “Una scuola per la storia dell’Italia moderna”, no qual se encontra a ideia de que o *Risorgimento*, tido como retomada da vida italiana, formação de uma nova burguesia, consciência crescente de problemas nacionais, e ainda, como sensibilidade a certas exigências ideais, precisa ser investigado muito antes da Revolução – “é ele também um sintoma de uma Revolução

em marcha, não só francesa, mas, num certo sentido, mundial” (Q19, §3, p. 1964-1965).

Deste modo, a Revolução Francesa é entendida como um dos acontecimentos europeus que operam com mais intensidade no sentido de aprofundar um movimento já iniciado das coisas, reforçando as condições positivas e funcionando como elemento de agregação e centralização das forças humanas dispersas em toda a península e que, de outro modo, teriam tardado mais a “concentrarem-se” e a entenderem-se entre si (Q19, §3, p. 1969).

Também para Gramsci, foi só a partir da Revolução Francesa que o *Risorgimento*, assim entendido, adquire efetiva concretude, porque é só a partir de então que ele não é mais apenas uma tendência geral da sociedade e da cultura italiana em sintonia com as tendências europeias, mas se transforma em ação consciente de “grupos de cidadãos dispostos à luta e ao sacrifício”, tornando-se, assim, um impulso histórico efetivo que opera através de forças específicas e consistentes. E é justamente o discurso sobre a natureza e o comportamento destas forças no momento decisivo do *Risorgimento*, quando a unidade italiana é realizada, que constitui o objeto dominante das reflexões históricas de Gramsci (cf. GALASSO, s.d.).

A explosão da Revolução em 1789 serviu como um catalisador das ideias que estavam em curso nesse contexto. A notícia da queda da Bastilha foi acolhida com entusiasmo pela maioria dos intelectuais italianos (DUGGAN, 1996, p. 123). Com isso, segundo Gramsci, a principal contribuição que a Revolução Francesa acrescentou ao movimento do *Risorgimento* consistiu no desgaste que atribuiu às forças opostas às unitárias (Igreja), que antes eram muito poderosas, coesas e que absorviam, desse modo, a maior parte das capacidades e energias individuais que poderiam construir um novo pessoal dirigente nacional, dando-lhes uma orientação e uma educação cosmopolita-clerical. Com a Revolução Francesa, há um enfraquecimento das forças reacionárias, fortalecendo, por consequência, as forças nacionais em si mesmas escassas e insuficientes (Q19, §3, p. 1972).

Vale destacar que a estreita ligação que Gramsci estabelece entre o processo de formação do Estado Burguês na Itália e o grande modelo francês não é, certamente, formulada para medir e avaliar em relação a este a solução burguesa alcançada na Itália, mas como verificação da categoria de revolução passiva – ou seja, não serve só para acentuar a

inseparabilidade do movimento do *Risorgimento* da ascensão internacional da burguesia, mas, sobretudo, para sublinhar a impossibilidade de analisar fenômenos específicos e particulares, a não ser no quadro de tendências internacionais (DE FELICE, 1978, p. 212). Gramsci usa constantemente o método **comparativo**, ou relacional, no exame dos fenômenos histórico sociais. Não se pode prescindir da compreensão disso se se deseja reconstruir sua reflexão sobre a questão nacional italiana no contexto internacional (BARATTA, 2003, p. 13).

2.2 A QUESTÃO AGRÁRIA E INDUSTRIAL: A RELAÇÃO NORTE-SUL NA ITÁLIA

Em seu importante ensaio de 1926, intitulado “Temas para a Questão Meridional”, Gramsci já visualizava a complexa relação de dominação entre cidade e campo, que se deu durante o *Risorgimento*, com a subordinação do sul agrário, exercendo “uma influência determinante no desenvolvimento das lutas pela independência” (Q19, §26, p. 2036). Uma unificação **popular-nacional** mais madura da Itália é, para Gramsci, um objetivo político-cultural básico. Na opinião de Gramsci, longe de representar a suspensão da análise de classe, a atualidade desta unificação expressava não só o resultado de uma história secular que confluiu na revolução passiva que está nas origens da unidade italiana, mas também uma complexa problemática social fundada em antagonismos de caráter econômico, territorial e cultural (BARATTA, 2003, p. 14).

Para Gramsci, a unidade efetiva italiana só poderia ser alcançada com a solução da Questão Meridional, que lhe serviu como ponto de partida para um exame mais profundo das vicissitudes históricas do capitalismo contemporâneo. Essa questão encontrava lugar numa Itália de notável instabilidade política e fragmentação do senso comum, no qual a região Sul foi definida como:

Uma grande desagregação social. Os camponeses, que constituem a grande maioria da sua população, não têm nenhuma coesão entre si [...] A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a

grande massa camponesa, amorfa e desagregada; os intelectuais de pequena e média burguesia rural e, por fim, os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais (GRAMSCI, 1987, p. 114).

Como condição para a classe operária se tornar classe dirigente, nessa esfera, seria necessário não só controlar a produção econômica, mas também exercer sua direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais opostas ao capitalismo. É nesse sentido que a preocupação central de Gramsci já em 1926 situava-se ao redor da questão da hegemonia, propriamente em relação à capacidade que as classes subalternas deveriam ter de não limitar sua ação à simples coerção, mas de fundá-la essencialmente sobre o consenso das massas trabalhadoras e, em particular, do campesinato.

Deste modo, pensar o problema do Sul italiano exigia pensar no modo de derrubar o próprio preconceito do proletariado presente na ideia de uma inferioridade natural do Sul, imposta pela ideologia de propagantistas da burguesia. Nesta ideologia, a culpa do Sul ser atrasado não seria uma questão histórica ou do próprio desenvolvimento do sistema capitalista, mas da natureza que os fizeram incapazes, criminosos, bárbaros etc.

Esta análise, retomada no “Caderno 19”, é apontada por Gramsci como exemplo da fragilidade que caracterizava a ideia de unidade nacional, a saber, o conjunto de sentimentos do Norte em relação ao Sul. Esta polêmica sobre as raças e a superioridade e inferioridade do Norte e do Sul era difundida, inclusive, através de estudos sociológicos positivistas, assumindo força de verdade científica. Permanecia no Norte a crença de que o *Mezzogiorno* consistia num peso morto para a Itália, a convicção de que a civilização industrial da Itália do Norte faria maiores progressos sem tal peso.

De maneira inversa, existia no campo uma hostilidade difusa, porém não menos feroz, em relação à cidade, e à cidade como um todo, sejam quais forem os grupos sociais que a compusessem. Para o marxista sardo, ao longo do *Risorgimento*, embrionariamente, já se manifestava essa relação histórica entre o Norte e o Sul como uma relação análoga à de uma grande cidade e um grande campo:

como esta não é uma relação orgânica e normal entre província e capital industrial, mas implica dois amplos territórios de tradição civil e cultural muito diversas, acentuam-se os aspectos e os elementos de um conflito de nacionalidade (Q19, §26, p. 2037).

Essa relação cidade-campo, aplicada ao Norte-Sul, também pode ser observada nos programas políticos gerais: exemplo disso foi o programa de Giolitti, que tinha como objetivo criar no Norte um bloco urbano (de industriais e operários) que fosse a base de um sistema protecionista e que reforçasse a economia e a hegemonia setentrional. O *Mezzogiorno* era reduzido, deste modo, a um mercado de venda semicolonial, a uma fonte de poupança e de impostos, e era mantido sob disciplina com duas séries de medidas: medidas policiais de repressão impiedosa de todo movimento de massa e medidas político-policiais; e 2) favores pessoais à camada de intelectuais ou bacharéis, sob a forma de empregos na administração pública, de permissão para saque impune das administrações locais etc.

Neste contexto, atuavam dois importantes partidos: o Partido dos Moderados, representante das classes mais altas italianas e o Partido da Ação (PdA), representante dos de 'baixo', derrotado no curso do *Risorgimento*. Segundo Gramsci, para que o PdA conseguisse se contrapor aos moderados, deveria se ligar às massas rurais, especialmente meridionais, isto é, ser jacobino não só pela forma externa, de temperamento, mas especialmente pelo conteúdo econômico-social (Q19, §24, p. 2016).

2.3 O ADVENTO DO ESTADO MODERNO NA ITÁLIA COMO REVOLUÇÃO PASSIVA

Para Gramsci, todo o problema acerca da direção política na formação e no desenvolvimento da nação e do Estado moderno na Itália, da conexão entre as várias correntes políticas do *Risorgimento*, se reduz ao fato de que os Moderados representavam um grupo social relativamente homogêneo, de modo que sua direção sofreu oscilações relativamente limitadas, ao passo que o chamado Partido da Ação não se apoiava especificamente em nenhuma classe histórica e as oscilações sofridas por

seus órgãos dirigentes se compunham, em última análise, segundo os interesses dos moderados, ou seja, historicamente o PdA foi guiado pelos moderados (Q19, §24, 2010).

É nesse sentido que Gramsci desenvolve a fórmula pela qual se daria a supremacia (hegemonia) de um grupo social: como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa liquidar ou a submeter, inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode, e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental; depois, quando exerce o poder e, mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente. Gramsci ressalta que os moderados continuaram a dirigir o PdA mesmo depois de 1870 e 1876, e o chamado transformismo foi somente a expressão parlamentar desta ação hegemônica intelectual, moral e política (Q19, §24, p. 2011) .

Para o marxista sardo, o transformismo é o que caracteriza a vida estatal italiana a partir de 1848, com a derrota dos chamados jacobinos. A noção de transformismo é abordada como sendo a elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, com a absorção gradual, mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários, que pareciam irreconciliavelmente inimigos (Q19, §24, p. 2011). O transformismo é considerado, ainda, como uma das formas históricas pelas quais se foi observado a chamada revolução passiva, a propósito do processo de formação do Estado moderno na Itália. É tido como um documento histórico real da verdadeira natureza dos partidos que se apresentavam como extremistas no período de ação militante (PdA) (Q8, §36, p. 962).

A direção política é salientada como um aspecto fundamental da função de domínio, ao passo que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo. A partir da política dos moderados, Gramsci conclui que é necessário haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com uma força material conferida pelo poder para exercer uma direção eficaz: “de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o Risorgimento nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem ‘Terror’, como ‘revolução sem revolução’, ou seja, como ‘revolução passiva’” (Q19, §24, p. 2011).

Através da iniciativa individual, molecular, privada, os moderados atingiram o mecanismo de hegemonia intelectual e política sob formas e com meios considerados liberais. Os moderados consistiam em uma vanguarda real, orgânica, das classes altas, porque eles mesmos pertenciam economicamente a essas classes. Com essa condensação orgânica, exerciam uma atração de modo espontâneo sobre toda a massa de intelectuais de todo nível que existia na península em estado difuso. De acordo com Gramsci, o PdA não podia ter um poder análogo de atração – era ele mesmo atraído e influenciado. Para que se tornasse uma força autônoma e, em última análise, conseguisse, pelo menos, imprimir ao movimento do *Risorgimento* um caráter mais acentuadamente popular e democrático, deveria ter contraposto à atividade empírica dos moderados um programa orgânico de governo que refletisse as reivindicações essenciais das massas populares, em primeiro lugar a dos camponeses (Q19, §24, p. 2013).

Ao refletir justamente sobre as razões que levaram o PdA a não apresentar a questão agrária, Gramsci afirma que faltou precisamente um programa concreto de governo – uma firme direção política, aspecto fundamental à condição de domínio construída pelos moderados (Q19, §24, p. 2014). O PdA estava ‘encharcado’ de tradição retórica da literatura italiana, confundindo a unidade cultural existente na península com a unidade política e territorial das grandes massas populares. É nesse sentido que Gramsci aponta a comparação entre os jacobinos e o PdA – os jacobinos franceses lutaram tenazmente para assegurar uma ligação entre cidade e campo e obtiveram êxito (Q19, §24, p. 2014). O PdA deveria ter colocado as grandes massas em contato com o Estado, mas, em virtude de sua atitude paternalista, ao longo do desenvolvimento do *Risorgimento* e da paralisação que apresentou frente à ameaça da Áustria de resolver a questão camponesa, considerando nacionais junto aos moderados, a aristocracia e os proprietários, e não os milhões de camponeses, fez com que não obtivesse êxito. O chamado transformismo é tão somente o fato de que o PdA foi incorporado molecularmente pelos moderados, e as massas populares foram decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado (Q19, §26, p. 2042).

Com isso, Gramsci conclui que, sobre todas essas questões complexas, o Partido da Ação faliu completamente ao se limitar, de fato, a fazer questão de princípio e programa essencial àquilo que era simplesmente questão do terreno político, no qual tais problemas

poderiam se centralizar e encontrar uma solução geral: a questão da Constituinte (§Q19, 26, p. 2045).

Com isso, Gramsci analisou como o contexto italiano favoreceu uma modernização capitalista à base de uma coalizão conservadora, ao invés de propiciar uma ruptura revolucionária. Diferente da forma de articulação das revoluções clássicas, a revolução passiva implica sempre a presença de dois momentos: o da restauração, o qual trata-se sempre de uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente de baixo, e o da renovação, momento no qual algumas das demandas populares são satisfeitas ‘pelo alto’, através de concessões das camadas dominantes (COUTINHO, 2010, p. 33). É possível resumir o conceito de revolução passiva em algumas características principais, destacadas por Coutinho:

1) as classes dominantes reagem as pressões que provêm das classes subalternas, ao seu ‘subversismo esporádico, elementar’, ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução ‘jacobina’, a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) essa reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de ‘uma certa parte’ das reivindicações provindas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se modificações que abrem caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de *restauração e revolução*, de *conservação e modernização* (Ibid., p. 34, itálico do autor).

Sem estar estabelecida, a classe burguesa não têm condições de liderar um movimento amplo de ruptura da ordem vigente no momento pré-capitalista. Ao mesmo tempo, a pressão do desenvolvimento econômico internacional, difundido para os países periféricos, leva as classes hegemônicas pré-capitalistas a uma necessidade de aliar-se a essa burguesia para, juntos, manterem certa ordem social e, ao mesmo tempo, modernizarem a estrutura do país. É dada, então, uma aliança entre diferentes frações das classes dominantes e, desse modo, a revolução passiva é capaz de implementar mudanças necessárias ao progresso do

capital, mas executa tal tarefa conservando vários elementos sociais, políticos e econômicos da ordem anterior.

Nessa via de processo histórico, as massas populares não estariam mobilizadas para exercer um papel politicamente ativo. Isso implica na ausência do elemento jacobino e, exatamente essa carência de um ator ativo, marca uma das principais características da revolução passiva – “a maior ou menor presença desse ‘portador da antítese’ que diferenciaria uma forma atrasada de uma forma avançada de revolução” (VIANNA, 2004, p. 101).

3 DA ITÁLIA AO BRASIL: O ‘NOVÍSSIMO’ CONTEÚDO À FORMA DA REVOLUÇÃO PASSIVA

Segundo argumenta Edmundo Fernandes Dias (1996, p. 183-184), o primeiro momento importante da expansão de Gramsci no Brasil começa em 1956, quando Krutschev publicava o relatório sobre os crimes de Stalin, provocando uma catarse no marxismo brasileiro, que decorre em um tímido processo de abertura pluralista. Foi, então, que tomou lugar a chamada ‘operação Gramsci’, o que, nas palavras de Dias (1996), significou um processo de renovação cultural, uma abertura, mais editorial que política. É nesse contexto que se encontram as primeiras edições da obra gramsciana, reproduzindo a interpretação oficial do “PCI togliatiano” de Gramsci como um “filósofo e crítico literário, no qual a dimensão estritamente política tinha peso secundário” (Ibid., p. 185).

Entretanto, a vida de Gramsci e sua importância permaneceram sendo mais conhecidas por meios de jornais e revistas do Partido Comunista Italiano (PCI) que chegavam ao Brasil (SECCO, 2002, p. 27). As primeiras edições dos textos do marxista sardo esgotaram-se com lentidão e dificuldade: a influência dos mesmos na produção intelectual brasileira daqueles anos foi praticamente inexistente ou, em poucos casos, subterrânea (COUTINHO, 1985, p. 104). Importante ressaltar que a recepção de Gramsci foi prejudicada pela decretação, em dezembro de 1968, do AI-5. Outra razão disto encontrava-se na cultura, então dominante, nos ambientes culturais de esquerda do país, principalmente no Partido Comunista Brasileiro (PCB), fortemente influenciado pelo chamado Marxismo da III Internacional. Nesta tradição, o Brasil era visto

como uma formação social atrasada, semicolonial e semifeudal, que teria necessidade de uma revolução democrático-burguesa ou de libertação nacional.

Não por acaso, o declínio da ditadura e a crise da chamada ‘velha esquerda’ estiveram na raiz do grande crescimento da influência gramsciana quando, em meios da década de 1970, se deu no Brasil um fluxo de publicações de/e sobre Gramsci. Foi também em 1975 que Giulio Einaudi publicou a edição crítica dos “Quaderni”, organizada por Valentino Gerratana, na Itália.

Como aponta Marco Aurélio Nogueira, a partir de 1975, transbordando as fronteiras universitárias, as ideias de Gramsci passaram a integrar o corpo conceitual com que comunistas, liberais, socialistas e até mesmo cristãos começariam a interpretar a realidade brasileira – “todos, de uma ou outra forma, tornaram-se ‘gramscianos’” (NOGUEIRA, 1985, p. 130). Para o autor, este fato evidenciava a universalidade da elaboração teórica de Gramsci, sua capacidade de iluminar as contradições do capitalismo contemporâneo e de auxiliar a investigação da particular história brasileira. O entendimento das posições gramscianas, entretanto, não foi unívoco e, como bem afirma Nogueira, o pensamento de Gramsci terminou “reduzido a *conceitos*, desvinculado de qualquer dimensão doutrinária mais abrangente e sobretudo separado da perspectiva de transformação socialista e da particular teoria do Estado que fazem de Gramsci um ponto de inflexão na história do marxismo e do movimento operário” (ibid., p. 131, *itálico do autor*).

Gramsci difundiu-se no Brasil no exato momento em que se objetivaria a crise econômica dos anos 1970/1980 e em que se anunciava com clareza o particularíssimo processo de abertura democrática que iria demarcar toda a experiência social brasileira. Para Nogueira, essa abertura se configurou numa sociedade impregnada de autoritarismo, excludente da participação popular, politicamente atrasada e às voltas com uma crise econômica de caráter recessivo combinada a uma estagnação teórico-política de esquerda (ibid., p. 134). Assim, num quadro instável e turbulento, acabou por ser inevitável que o pensamento de Gramsci sofresse os usos mais diversos; entretanto, junto às vertentes marxistas da teoria social, isto foi decisivo para arejar o pensamento de esquerda no Brasil.

Assim como Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna, Nogueira julga que, nas páginas dos “Quaderni” – repletas de revolução passiva, bloco histórico, transformismo e guerra de posição – encontramos “uma privilegiada perspectiva para compreender o caráter ‘prussiano’ assumido pelo processo de transformação capitalista e de formação da nacionalidade no Brasil” (ibid., p. 135). Para Nogueira, através da obra de Gramsci, foi possível aguçar a percepção da modernização conservadora impulsionada pelo regime implantado em 1964 e requalificar nosso conhecimento sobre o ‘atraso’ brasileiro. Desta forma, Gramsci ajudou a entender o Brasil moderno, industrial e de massas – mas também autoritário, excludente e miserável –, sendo decisivo para que se resgatasse o valor e a autonomia relativa da política e do fazer política que, ao longo dos anos 1970, passam a ocupar o centro mesmo das preocupações teóricas marxistas e da prática da esquerda.

Em fins da década de 1970, Carlos Nelson Coutinho, o principal responsável pela difusão da obra gramsciana no Brasil, abandonará a primeira visão do marxista italiano como “filósofo e teórico da cultura”, para trabalhar a política como “ponto focal do qual Gramsci analisa a totalidade da vida social” (DIAS, 1996, p. 188). Só no novo século, os “Cadernos” voltariam a ser editados por Coutinho e Luis Sergio Henriques. Essa nova edição, como afirma Lincoln (2002, p. 57), começou a ser feita depois que o debate das ideias de Gramsci declinou na Itália e se dirigiu com mais ardor para a *querelle* filológica. Os “Cadernos” foram editados, nesta ocasião, combinando elementos das edições Gerratana, lançadas na Itália em 1975, com a Edição Togliatti.

Pode-se dizer que, ao longo destas décadas, Gramsci conquistou um espaço próprio na vida intelectual brasileira, tornando-se uma “força viva” (COUTINHO, 1985, p. 105). Para Coutinho, a adoção brasileira do marxista italiano deve-se a sua profunda universalidade, “capaz de iluminar alguns aspectos decisivos de nossa peculiaridade nacional” (ibid., p. 106). É nessa trajetória da expansão e difusão da obra de Gramsci que encontramos, principalmente nas décadas de 1970-1980, o uso do conceito de revolução passiva para pensar a formação do Estado brasileiro.

3.1 CARLOS NELSON COUTINHO

Desde o primeiro enunciado do conceito de revolução passiva nos “Cadernos”, Gramsci já apontava a possibilidade de que o conceito pudesse ser aplicado a “outros países que modernizaram o Estado por meio de uma série de reformas ou de guerras nacionais” (Q4, §57, p. 504). Para Coutinho, a noção de revolução passiva, assim como todos os demais conceitos gramscianos, sublinha fortemente o momento supraestrutural, em particular o momento político, superando, deste modo, as tendências economicistas – por essa razão, considera que esta noção se revelou de inestimável utilidade para contribuir com a especificação e a análise do caminho brasileiro para o capitalismo, um caminho no qual o Estado desempenhou, frequentemente, o papel de protagonista (COUTINHO, 1985, p. 107). Coutinho afirma, ainda, “estar convencido de que sua aplicação ao caso brasileiro pode se revelar de grande utilidade para determinar traços fundamentais de nossa formação histórica” (ibid., p. 108).

Segundo o autor, não é difícil documentar nas principais transformações ocorridas “pelo alto” que tiveram lugar no Brasil a presença de dois momentos apontados por Gramsci: como reações a movimentos populares, reais ou potenciais, as classes dominantes empenharam-se em restaurações que, em última instância, produziram “importantes modificações na composição das classes e prepararam o caminho para novas transformações reais” (ibid., p. 109). O exemplo emblemático, para Coutinho, é a instauração da ditadura de Vargas em 1937, culminação do agitado período que se inicia em 1922, ano da fundação do PCB e da primeira revolta militar tenentista.

Neste período, o movimento operário lutava pela conquista dos direitos civis e sociais, enquanto as camadas urbanas emergentes exigiam uma maior participação política. Essas pressões “de baixo” –que, não raramente, assumiam a forma de subversismo esporádico, elementar, desorganizado – fizeram com que um setor da oligarquia agrária dominante, o setor mais ligado à produção do mercado interno, se colocasse à frente da chamada Revolução de 1930. O triunfo dessa Revolução levou à formação de um novo bloco de poder, no qual a fração oligárquica ligada à agricultura de exportação foi colocada numa posição subalterna, ao mesmo tempo em que se buscava cooptar a ala moderada da liderança político-militar das camadas médias (os tenentes). Mas, o caráter

elitista desse novo bloco de poder fazia com que os setores populares permanecessem marginalizados.

Segundo Coutinho, apesar de seu caráter repressivo e de sua cobertura ideológica de tipo fascista, o chamado Estado Novo varguista promoveu uma acelerada industrialização no país, com o apoio da fração industrial da burguesia e da camada militar; além disso, promulgou um conjunto de leis de proteção ao trabalho, há muito reivindicado pelo proletariado (salário mínimo, férias pagas, direito à aposentadoria etc.), ainda que o preço tenha sido o de impor uma legislação sindical corporativista, copiada diretamente da “Carta del Lavoro”, de Mussolini, que vinculava os sindicatos ao aparelho estatal e anulava sua autonomia. Portanto, “a ditadura de Vargas pode ser definida, gramscianamente, como uma ‘revolução passiva’” (ibid., p. 110).

A partir da categoria gramsciana, Coutinho propõe entender também o regime ditatorial instaurado no Brasil depois de 1964, que, embora não possa ser qualificado como um regime fascista clássico, apresenta fortes semelhanças com o fascismo italiano:

as forças produtivas da indústria, através de uma maciça intervenção do Estado, desenvolveram-se intensamente, com o objetivo de favorecer a consolidação e a expansão do capitalismo monopolista. A estrutura agrária, por seu turno, mesmo conservando o latifúndio como eixo central, foi profundamente transformada, sendo hoje predominantemente capitalista (ibid., p. 111).

O regime militar-tecnocrático conseguiu conquistar, deste modo, um significativo grau de consenso entre amplos setores das camadas médias. E conseguiu isso precisamente na medida em que se fez propagandista dessa obra de modernização, ainda que se tenha tratado de uma modernização que, ao mesmo tempo, conservou e reproduziu muitos elementos de atraso – “ou seja: obteve consenso na medida em que assimilou e deu resposta a algumas das demandas dos grupos sociais derrotados em 1964” (ibid., p. 111).

Coutinho chama a atenção, nessa ocasião, para uma diferença fundamental entre o *Risorgimento* e o caso brasileiro:

enquanto na Itália o Estado particular desempenhou o papel decisivo na construção de um novo Estado nacional unitário, o Estado que desempenha no Brasil a função de protagonista das ‘revoluções passivas’ é já um Estado unitário. Isso significa dizer que o Estado Brasileiro teve historicamente o mesmo papel que Gramsci atribuiu ao Piemonte, ou seja, o de substituir as classes sociais em sua função de protagonistas do processo de transformação e o de assumir a tarefa de ‘dirigir’ politicamente as próprias classes economicamente dominantes (ibid., p. 113).

Também no Brasil as transformações foram sempre o resultado do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração de classes dominantes, que preferiram delegar a função de direção política ao Estado – ao qual coube a tarefa de controlar e, quando necessário, de reprimir as classes subalternas. Coutinho, entretanto, alerta que “essa modalidade antijacobina de transição ao capitalismo não significa absolutamente que a burguesia brasileira não tenha levado a cabo sua ‘revolução’: fez isso, precisamente, através do modelo da ‘revolução passiva’” (ibid., p. 113, grifos nossos).

O autor destaca ser possível identificar os tipos de transformismo levantados por Gramsci como formas de revolução passiva na história brasileira. A modalidade molecular desempenhou um papel decisivo, para Coutinho, talvez ainda mais negativo, através da assimilação pelo Estado de um grande número de intelectuais que representavam os valores das classes subalternas (ibid., p. 115). Esses intelectuais foram frequentemente cooptados para a burocracia estatal, uma camada que jamais deixou de crescer ao longo de todo o período republicano, à medida mesmo que o Estado ampliava o seu papel de protagonista das transformações políticas e econômicas que preparavam ou consolidavam o capitalismo.

O chamado populismo, que teve início na ditadura de Vargas e se desenvolve plenamente até 1964, pode ser interpretado, nessa visão, como uma tentativa de incorporar ao bloco do poder, em posição subalterna, os trabalhadores assalariados urbanos, através da concessão de direitos e de vantagens econômicas reais. Deve-se a esse relativo sucesso do transformismo de grupos inteiros ao pacto populista, o amplo consenso conquistado pela política nacional-desenvolvimentista posta em prática naquele período. Deste pacto, permaneceram excluídos os assalariados

agrícolas e os camponeses: “essa exclusão tornava possível a manutenção no bloco do poder da velha oligarquia latifundiária, mas servia também à burguesia industrial, na medida em que ampliava enormemente o exército industrial de reserva e, por conseguinte, pressionava para baixo os salários dos trabalhadores urbanos” (ibid., p. 116).

Essa apropriação do conceito de revolução passiva, realizada por Coutinho para a interpretação da história brasileira, encontrava-se alinhada, naturalmente, aos seus interesses políticos já afirmados desde fins da década de 1970. Em seu artigo intitulado “Cultura e Sociedade no Brasil”, escrito entre 1977 e 1979, Coutinho já afirmava a tendência objetiva de transformação social no Brasil a se realizar por meio da conciliação pelo alto, marcando, de vários modos, o conteúdo da cultura brasileira.

Recorrendo à noção de ‘via prussiana’ de Lênin, Coutinho afirmou que a conciliação social e política encontrou, no Brasil, um reflexo ideológico na tendência do pensamento brasileiro ao ecletismo, ou seja, à conciliação igualmente no plano das ideias. Em sua visão, essa tendência não se encontra apenas nos pensadores liberais moderados. Até mesmo intelectuais progressistas, segundo Coutinho, “são pressionados pela situação objetiva a confusas sínteses ecléticas, que minimizam ou danificam seriamente o caráter em última instância progressista da ideologia que professam” (id., 1990, p. 48).

Para este autor, o nacional-popular na trajetória brasileira, tal qual descrito por Gramsci na análise do caso italiano, é, antes de tudo, a quebra do distanciamento entre os intelectuais e o povo, que está na raiz do florescimento do que denominou cultura ‘intimista’ ou ‘elitismo cultural’, e que, no mais das vezes, não resulta de uma escolha voluntária do intelectual (ibid., p. 51).

Essa postura configura um tipo de cosmopolitismo abstrato, no qual a ‘importação cultural’ não tem como objetivo responder a questões colocadas pela própria realidade brasileira, mas visa, tão somente, a satisfazer exigências de um círculo restrito de intelectuais intimistas. A forma de quebrar definitivamente os estreitos limites de casta em que a via prussiana emparedou a grande maioria dos nossos intelectuais, para Coutinho, só seria possível com a “construção de uma democracia de massas”:

[...] lutando pela democratização da cultura, os intelectuais combatem efetivamente pela renovação democrática da vida nacional em seu conjunto; e, ao mesmo tempo, lutando por essa renovação democrática, asseguram condições mais favoráveis à expansão e florescimento de sua própria práxis cultural (ibid., p. 68).

Esse argumento foi reafirmado em seu notável ensaio de 1979, intitulado “A democracia como valor universal”, no qual Coutinho defende a tese de que a democracia possui valor estratégico e universal, não possuindo, portanto, um valor apenas instrumental e tático aos socialistas. Para o autor:

A necessidade de que o processo de renovação democrática proceda de ‘baixo para cima’, consolidando e ampliando suas conquistas através de uma crescente incorporação de novos sujeitos políticos, impõe às forças populares – enquanto método de sua batalha política – a opção por aquilo que Gramsci chamou de ‘guerra de posição’. A progressiva conquista de posições firmes no seio da sociedade civil é a base não só para novos avanços, que gradativamente tornarão realista a questão da conquista democrática do poder de Estado pelas classes trabalhadoras, mas é sobretudo o meio de evitar precipitações que levem a recuos desastrosos [...] A luta pela renovação democrática [...] implica em *conceber a unidade como valor estratégico* (id., 1979, p. 44-45).

Esse ensaio é apontado, muitas vezes, como um verdadeiro divisor de águas no marxismo brasileiro – reflexo também da repercussão de ideias e posições italianas no Brasil, e do que Nogueira (1985) chamou de ‘gramscismo’, entre 1976 e 1982. Com sua apropriação das ideias de Gramsci, Coutinho enriqueceu a sua defesa política da renovação democrática e deu novo conteúdo à noção gramsciana a partir da realidade brasileira. Importante destacar que Coutinho, aqui, está imerso numa intensa influência do marxismo italiano de 1970, das ideias difundidas pelo PCI de Togliatti, do chamado eurocomunismo e da tese do ‘valor universal da democracia’, de Berlinguer. Coutinho, contudo, não atribui um valor positivo à ideia de revolução passiva, utilizando-a tão somente como critério de interpretação da história do Brasil. Resolver a questão

democrática, significava, ao contrário, um meio de realizar uma antirrevolução passiva, ou seja, romper com o decurso da história que mantivera excluídas, até então, as classes subalternas.

3.2 LUIZ WERNECK VIANNA

Em confluência aos esforços interpretativos de Coutinho, Werneck Vianna buscou analisar a modernização capitalista brasileira a partir das categorias de revolução passiva, via prussiana e revolução pelo alto. Em “Liberalismo e sindicato no Brasil”, de 1976, Vianna elucida tanto o papel assumido pelo Estado como agente ativo do processo de modernização burguesa, quanto o fato de essa modernização ter dispensado o liberalismo como sua visão de mundo e a forma mercantil como condição para a venda da força de trabalho. Para o autor, a singularidade do prussianismo brasileiro residiria no “fato do setor agrário mais desenvolvido em termos capitalistas (o agro-exportador) ter sido desalojado do poder pelo menos desenvolvido” devido à impossibilidade daquele setor mais desenvolvido de dirigir o processo de modernização, dado seu isolamento real e incontornável das demais classes, camadas e estratos sociais (VIANNA, 1976, p. 130).

O domínio do aparelho do Estado por parte dessa ‘elite atrasada’, por sua vez, vai lhe facultar um “percurso extremamente rápido no sentido de adoção de novos papéis econômicos, como o do empresário agrícola, do industrial ou do financista”. E ainda, a chamada revolução pelo alto ao referir-se a uma forma de induzir a modernização econômica através da intervenção política, implicou, de outro lado, uma conservação do sistema político, algo real e visível, mesmo quando se consideram os sucessivos rearranjos nos lugares ocupados pelos seus diferentes protagonistas (ibid., p. 135-141). Ou seja, em Werneck Vianna, observamos, novamente, uma análise do caso brasileiro baseada na dialética de conservação e modernização, característica dos casos de revoluções passivas.

É nesse sentido que, cerca de duas décadas depois, Vianna explorará, em particular, a expressão assumida pelo conceito gramsciano no Brasil, em “Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à brasileira”. Neste ensaio, Vianna remete à trajetória da revolução passiva

desde a transmigração da família real para o Brasil, marca precoce de sua aplicação ao caso brasileiro – “o que significava *conservação* na metrópole importaria *conservação-mudança* na Colônia” (2004, p. 44, grifo do autor). Esse fato teria dotado as elites de recursos políticos a fim de manter sob controle o surto libertário que, originário das revoluções europeias de 1848, se disseminou pelo Ocidente. Nesse sentido, a Independência se estabelece enquanto “revolução sem revolução” (ibid., p. 44). O Estado que nasce, invocando e modelando suas instituições políticas de acordo o liberalismo, intensifica a escravidão.

Inspirado no liberalismo, o Estado-nação nascia sem uma economia que se apresentasse em homologia a ele. Se na sociedade civil o liberalismo atuava como ‘fermento revolucionário’, ele não poderia comportar-se como o princípio de sua organização, sem acarretar, com isso, o desmonte da estrutura econômica, fundada no trabalho escravo e no exclusivo agrário que assegurava ao Estado uma forma de inscrição no mercado mundial e presença internacional. Para as elites, a primazia da razão política sobre outras racionalidades se traduz em outros objetivos: “preservação e expansão do território e controle sobre a população” (ibid., p. 45).

Desde as crises da Regência, os liberais orientados pelo mercado e pela cultura material declinam, na prática, do papel de reformadores sociais, limitando-se, segundo Vianna, a “prescrever a necessidade de uma auto-reforma do Estado” (ibid., p. 47). A revolução burguesa seguiu em continuidade à sua forma passiva, obedecendo ao lento movimento da transição da ordem senhorial-escravocrata para uma ordem social competitiva, chegando-se, com a Abolição, à constituição de um mercado livre para a força de trabalho, sem rupturas no interior das elites, e, a partir dela, à República, em mais um momento na presença de um dos pilares da economia colonial: “o exclusivo agrário, que agora vai coexistir com um trabalhador formalmente livre, embora submetido a um estatuto de dependência pessoal aos senhores de terra.” (ibid., p. 47-48).

A expansão da ordem burguesa se dá, assim, através do papel ativo das ideias liberais no contexto de uma sociedade ainda permeada pela ordem patrimonial. Já na década de 1930, a revolução passiva adquire uma nova configuração, quando o seu elemento revolucionário passa a ser a questão social, ou seja, a incorporação das massas urbanas ao mundo dos direitos e a modernização econômica como estratégia de criar novas

oportunidades de vida para a grande maioria ainda aprisionada e sob relações de dependência pessoal nos latifúndios.

A partir daí, o Estado que se estrutura se coloca sob uma base corporativista e é nessa característica que ele encontra a forma de contenção dos setores populares – o transformismo – ou seja, a dissolução das lideranças populares e sua cooptação, incluindo aquelas do movimento operário que surgia. Nos anos 1950, sob o governo de Juscelino Kubitschek, a revolução se reconfigura em ‘fuga para frente’. A vitalidade deste processo empresta, por suas realizações, principalmente econômicas, legitimidade às elites políticas territorialistas, isolando social e politicamente as elites do liberalismo econômico e a esquerda, representada especialmente pelo PCB, criado em torno do cânon liberal, principalmente por meio do sindicalismo operário ao longo da década de 1930.

Assim como Coutinho, Vianna (2004) assume que a modernização capitalista do Estado brasileiro se deu por meio de uma revolução passiva – de caráter processual, lento e gradual – com reformas moleculares que configuraram o novo, sobreposto ao velho, sem eliminá-lo. Dessa forma, a modernização seria conservadora, caracterizada pelo cerceamento do Estado e pela criação de maneiras de controle e expropriação dos grupos subalternos. É nesse panorama que Werneck Vianna enxerga o golpe de 1964 como continuidade do processo iniciado em nosso modelo colonial, aprofundado desde a República e, principalmente, em 1930.

Ao mesmo tempo em que buscava a apropriação do conceito de revolução passiva para explicar a história brasileira, em “O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci” Vianna enveredou o caminho polêmico acerca da discussão em torno das interpretações que os textos gramscianos podem assumir, tanto no que concernia a prática, quanto no que dizia respeito à teoria. Nesse sentido, a marca principal deste ensaio é o esforço de Vianna ao adentrar nas páginas dos “Cadernos do Cárcere” enquanto justificativa de sua análise histórica – e também de seu posicionamento político – frente à modernização do Estado brasileiro. Para o autor, num contexto em que “o mundo não mais desejava reconhecer-se nas revoluções” o referencial analítico gramsciano, a interpretação da revolução passiva adquire uma atualidade geral, não dizendo mais respeito a casos singulares nacionais.

Ao resgatar a noção de revolução passiva, como Gramsci fez ao resgatar de Cuoco, Vianna reformula o sentido original com o fim de estudar o caso brasileiro e aponta possíveis mudanças no nosso desenvolvimento. Para o autor, a análise gramsciana configuraria uma sociologia política, “raiz de um novo modelo para a atuação da esquerda nos países de grandes ‘reservas políticas e organizativas’” (ibid., p. 69). Assim, o conceito utilizado por Gramsci ganha uma nova configuração nas palavras de Vianna – de critério de interpretação, como utilizado por Coutinho em sua análise da história brasileira, passa a ser um modelo de atuação da esquerda.

Vianna atribui um caráter positivo à revolução passiva, julgando ser possível, através dela, o desenvolvimento da renovação democrática no país – o que, no nosso entendimento, consiste numa interpretação equivocada do conceito como desenvolvido na obra gramsciana. Esta atribuição positiva à revolução passiva ecoa um julgamento de uma importante corrente intelectual e política italiana, que tem em Benedetto Croce um de seus maiores expoentes.

A fórmula de revolução passiva – que em Vincenzo Cuoco possuía um valor de advertência e em Gramsci era critério de interpretação – transformou-se, muitas vezes, em uma concepção positiva, uma moral e um programa político (BIANCHI, 2007, p. 26). A possibilidade de uma transição sem revolução atraiu intelectuais que viam nela o passaporte de entrada da península italiana na modernidade capitalista. É nesse sentido que Croce será criticado por Gramsci devido a sua moderação política, “que estabelece como único método de ação política aquele no qual o progresso, o desenvolvimento histórico, é o resultado da dialética de conservação inovação. Em linguagem moderna tal forma de historicismo se chama reformismo” (Q10, §41, p. 1325).

Na análise do *Risorgimento*, segundo Vianna, Gramsci não pretendia sugerir que estaria nas mãos do Partido da Ação a possibilidade de deslocar a supremacia dos moderados, ao passo que o caráter passivo da revolução já estava dado (VIANNA, 2004, p. 103, grifos nossos). O *Risorgimento*, deste modo, seria um processo de revolução passiva em que o protagonismo dos ‘fatos’ ultrapassou o ator que poderia representar as expectativas populares. Esse protagonismo estaria a indicar o caráter inexorável do avanço da democratização social, expresso na valorização do trabalho e do trabalhador na sociedade moderna (ibid., p.104).

Com isso, Vianna reduz os “fatos à estrutura” (BIANCHI, 2008, p. 272). De modo oposto, em Gramsci, os ‘fatos’ eram os movimentos e partidos políticos que, congregando um sem número de ‘homens individuais’ em um projeto coletivo, assumiam uma força material, como em Marx (*ibid.*, p. 273). Certamente, o objetivo de Gramsci não era o de estabelecer uma separação entre a política e a economia, tal qual em Croce. A partir do conceito de revolução passiva, o marxista sardo colocava claramente o acento nas chamadas condições subjetivas, definindo sua centralidade.

4 CONCLUSÃO

A partir da formulação das ideias e sua adequação/inadequação ao lugar, buscamos refletir acerca da apropriação do conceito de revolução passiva desenvolvido por Antonio Gramsci para a explicação da modernização brasileira. Em primeiro lugar, ao investigar nos “Cadernos do Cárcere” a análise de Gramsci acerca do advento do Estado moderno na Itália, buscamos melhor elucidar os principais traços interpretativos da noção desenhada pelo marxista sardo naquele específico momento histórico. Em segundo lugar, nas figuras de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna, nos debruçamos sobre o chamado ‘novíssimo’ conteúdo atribuído ao conceito, que, nascido na Itália de inícios do século XX, a partir da década de 1970 passou a ser utilizado enquanto instrumento de análise da realidade brasileira.

Demonstramos, assim, o papel importante que a categoria gramsciana desempenhou frente ao pensamento social e político de esquerda no Brasil, e também na reivindicação de um grupo de intelectuais marxistas por uma renovação democrática nos anos de transição. Individualizamos, entretanto, as apropriações de Coutinho e Vianna, de modo que o primeiro centrou a questão democrática como estratégia política em busca de mudar o curso passivo da trajetória brasileira, enquanto o segundo, ao positivar a forma da revolução passiva, atribui o caráter inexorável da história em seguir seu curso sem uma ruptura que não guarde consigo o elemento da conservação. Ambos os autores, contudo, realizaram pesquisas igualmente fundamentais para a teoria social brasileira.

Por fim, vale destacar que o esforço em adentrar nos “Cadernos do Cárcere” buscando na análise de Gramsci qual era a sua motivação política, vértice de suas preocupações teóricas na interpretação do *Risorgimento*, não significou uma tentativa de aplicar a metodologia contextualista de Quentin Skinner (1969) que, tendo descartado a possibilidade das ideias passadas poderem sobreviver aos processos de tradução para culturas díspares, trata as ideias como “fenômenos puramente históricos, sempre trancados em seus contextos determinados”, assumindo, nesse aspecto, uma disjunção radical entre o passado e o presente (FEMIA, 1981, p. 116).

De modo oposto, parte-se da premissa de que o contexto no qual o pensamento de Gramsci adquire significado não é exclusivamente aquele no qual ele foi produzido, mas é, também, aquele no qual ele foi apropriado. Esse significado não é atribuído somente pelos autores envolvidos nos processos de produção e apropriação teórica, mas também pelos próprios contextos históricos nos quais eles são reelaborados. É nesse sentido que estudar o caso brasileiro, implicou, primeiro, estudar o caso italiano.

Notas

¹ A pesquisa que resultou neste artigo foi orientada por Bernardo Ricupero, Professor Doutor em Ciência Política da Universidade de São Paulo, e realizada por Camila Massaro de Góes, Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas e Mestranda em Ciência Política na Universidade de São Paulo.

² Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas e Mestranda em Ciência Política na Universidade de São Paulo. Endereço eletrônico: camilagoes2905@gmail.com

³ Professor Doutor MS-3 da USP - Universidade de São Paulo. Endereço eletrônico: bernardoricupero@uol.com.br

⁴ Nesta seção, devo muito ao grupo de pesquisa ‘Marxismo e Pensamento Político’, liderado pelo Prof. Alvaro Bianchi no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Nesse sentido, o que apresento nesta seção pode ser visto também como um dos resultados de um esforço coletivo de pesquisa, através de seminários sobre o pensamento gramsciano que ocorreram de 2009 a 2011.

⁵ Utilizaremos a edição crítica dos “Cadernos do Cárcere”, organizada por Valentino Gerratana e publicada em 1975 na Itália. Citaremos da seguinte forma: Q. ‘X’, para o número do “Caderno”, § ‘Y’, para o parágrafo, e p. ‘Z’ para a página na referida edição.

REFERÊNCIAS

BARATTA, G. Antonio Gramsci entre a Itália e o Brasil. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BIANCHI, A. Revolução passiva: o pretérito do futuro. **Crítica Marxista**. n. 23, p. 34-57, 2007.

_____. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

BOTELHO, A. e LAHUERTA, M. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. **Perspectivas**. São Paulo, n. 28, p. 7-15, 2005.

BRAGA, R. Risorgimento, Fascismo e Americanismo: a dialética da passivização. In: DIAS, E. F. (Org.). **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, C. N. A Democracia Como Valor Universal. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____.; As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, C.N.; NOGUEIRA, M. A. (org.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. **Hegemonia às avessas**: política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

DE FELICE, F. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: FERRI, F. (Coord.). **Política e história em Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 189-257.

DIAS, E. F. Gramsci no Brasil: o rabo do diabo. In: DIAS, E. F. (Org.). **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

DUGGAN, C. Historia de Italia. Grã-Bretanha: **Cambridge University Press**. 1996.

FAORO, R. Existe um Pensamento Político Brasileiro? In: KONDER, F. (Org.). **A República Inacabada**. São Paulo: Globo, 2007.

FEMIA, Joseph. An Historicist Critique of “Revisionist” Methods for Studying the History of Ideas. *History and Theory*, n. 2 v. 20, 1981.

FRANCIONI, G. **L’Officina gramsciana**: ipotesi sulla struttura dei “Quaderni del Carcere”. Nápoles: Bibliopolis, 1984.

GALASSO. Ressurgimento. [Online]. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=658&page=visualiza>>. Acesso em 10 de jan. de 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**, edizione critica dell’Instituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, 1975.

_____. **Temas para a questão meridional**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

LAMPEDUSA, T. **O Leopardo**. São Paulo: Editora Civita, 1974.

NOGUEIRA, M. A. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **As possibilidades da política:** Ideias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

RICUPERO, B. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil.** São Paulo: Alameda, 2011.

SECCO, L. **Gramsci e o Brasil:** Recepção e Difusão de suas Ideias. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHWARZ, R. As ideias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas.** São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. **History and Theory.** n. 1 v. 8, 1969.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à brasileira. In: **A revolução passiva:** Iberismo e americanismo no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

_____. O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci. In: **A revolução passiva:** Iberismo e americanismo no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.